

A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU E O AGENCIAMENTO DE UM DISCURSO SOBRE O PASSADO

MAURO CEZAR VAZ DE CAMARGO JUNIOR¹

A discussão presente neste texto faz parte da pesquisa de mestrado sobre a tentativa de criação do Estado do Iguazu no final do século XX, uma nova unidade federativa que abrangeria o Oeste e Sudoeste do Paraná assim como o Oeste de Santa Catarina. Deterei-me no embate ocorrido entre os movimentos ocorridos no território paranaense, uma opção que se faz por que neste recorte espacial houve uma maior repercussão e mobilização em torno desta disputa.

O projeto separatista tinha como base a breve existência do Território Federal do Iguazu, durante o Estado Novo criado em 1943 sob o discurso da ocupação, e segurança das fronteiras com Paraguai e Argentina, a área foi reintegrada aos seus antigos estados na constituinte de 1946, mas a proposta voltou a ressurgir na década de 1960 com a constituição de um movimento pró divisão, que teve sua ação barrada em 1968 com a vigência do AI-5 e o cerceamento das liberdades durante o regime civil militar. Com a chamada reabertura o movimento pró-Iguazu volta a atuar e busca efetuar sua proposta através da constituinte de 1988, o que não ocorreu, então o movimento se organiza com o objetivo de eleger um deputado federal com o intuito de representar a proposta que criaria a nova unidade federativa através de um projeto parlamentar, o movimento obtém êxito no pleito de 1990, com a eleição de Edi Siliprandi (PTB), este então apresenta o projeto 141/91 que propunha então um plebiscito na área do pretense estado, e com uma resposta positiva à efetivação desta divisão com a instalação de uma capital e toda a estrutura administrativa cabível para uma unidade federativa.

A denominação da área aqui trabalhada como oeste e sudoeste do Paraná ou como norte e centro do Iguazu, é o embate central de uma trama de interesses diversos, que envolvem articulação e representação política, econômica e cultural, que para tal se utiliza de construções e reconstruções sobre o passado, assim constituindo discursos

¹ Mestrando, pelo programa de pós graduação em história da Universidade do Estado de Santa Catarina, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

regionalistas que disputam um poder de estabelecer o dentro e fora, como trabalha Bourdieu:

...O discurso regionalista é um discurso performático, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada²

Este exercício de delimitar os lugares é também o de impor a sua leitura sobre as extremidades e as importâncias das relações entre sociedade, categorizando-as como pertencentes ou não ao que se acredita ser a “região”, para citar mais uma vez Bourdieu, que é uma das mais importantes referências sobre esta temática: “a região e suas fronteiras(*fines*) não passa do vestígio apagado do ato de autoridade”³. Símbolo de poder que se alicerça em discursos construídos com base em “mitos fundadores” e passados imaginados, que tentam em sua maioria exercer por um lado o papel de unificadores de um grupo, através do seu reconhecimento, e por outro criar elementos de diferenciação com a imagem da comunidade de fora das marcações delimitadas. Esta disputa vai buscar embasamento no processo de ocupação da região, construindo então uma narrativa que retoma algumas passagens da história do estado para justificar a separação ou não da área.

Neste artigo pretendo apresentar a forma como este movimento construiu uma narrativa histórica com a qual tentava estabelecer elementos de imaginação sobre a uma transcendência temporal da proposta, e mesmo de um sentimento de reconhecimento regional, discursos que com auxílio de recursos visuais, vão tentando buscar a afirmação de uma diferença entre o Paraná e o Iguçu. Estas construções resultam na tentativa de construir uma imagem sobre o que seria uma população “iguaçuana”. Esta proposta tinha como princípio a idéia de que a população regional teria um desenvolvimento econômico-social e cultura diferente das demais regiões do estado, e que por isto receberiam tratamento diferenciado do poder estadual, esse discurso pode ser percebidos constantemente em matérias produzidos por membros e simpatizantes do movimento como discursos, livros e em matérias na imprensa regional como neste trecho extraído de um texto presente na coluna Carta do Leitor do jornal regional Gazeta do Paraná:

² BORDIEU op.cit. p.116

³ Idem 114

...Na verdade os paranaenses nunca tiveram raízes no Oeste e Sudoeste do Paraná. Raízes aqui foram plantadas por catarinenses e gaúchos. Lideranças do Paraná só trouxeram dissabores à região [...] Raízes paranistas aonde? Na Lapa sim, aqui não⁴.

Neste processo de criação de uma imagem representativa da população local, um dos elementos é a negação das similaridades com as populações até então relacionadas, então nesta afirmativa acima citada, o autor busca através de elementos simbólicos retratar um distanciamento entre a população da área do Oeste e Sudoeste com a do restante do Estado do Paraná, uma distância que além de física pela distância entre a cidade da Lapa e a região, seria também simbólica, uma vez que a citação diz respeito ao marco identitário do estado do Paraná conhecido como cerco da Lapa, um episódio de resistência do quartel daquela cidade contra o avanço das tropas federalistas, processo amplamente utilizado na construção de heróis e símbolos pelos governos paranaense.

Destes símbolos que buscava se distanciar em uma rejeição destas “raízes” paranistas, em oposição a afirmação de uma “descendência” de catarinenses e gaúchos, que estariam na base da construção de um padrão populacional local. Uma referência que afirma uma série de outros elementos de constituição do discurso sobre uma população iguaçuana, em a Realidade do Iguaçu Beuter busca fazer uma breve descrição de quais elementos representariam esta população: “a música nativista gaúcha, mescla com as bandinhas e o canto coral, dão um brilho lírico e alegre as festas de chopp e Kerb. A região tem um dos menores índices de analfabetismo do Brasil”⁵, o autor busca elementos estereotipados que reforcem a imagem da influência gaúcha e alemã, somando-se a uma imagem de superioridade simbolizada por um apregoado alto índice de instrução. Este discurso em muito se apóia no mito do desbravador, muito reproduzido na região, associado diretamente ao imaginário construído sobre o gaúcho como na descrição de Beuter “em todas as cidades sem exceção, o folclore gaúcho está presente através dos centros de tradição gaúcha. O lendário e inconfundível gaúcho dos pampas, e da região colonial riograndense, é a expressão cultural máxima do povo da

⁴Jornal Gazeta do Paraná “o estado do Iguaçu já incomoda” p.7 - 12/10/1992

⁵ BEUTER, Ivo. **A Realidade do Iguaçu**. Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu. Palmitos, Julho de 1992 Op. Cit. P.36

região emancipanda”⁶, textos como este que trazem a imagem de uma influencia gaucha para a população regional são comuns, diretamente como nesta citação acima ou indiretamente como na matéria as raízes do separatismo o autor faz uma analogia entre o Território e o fogo que lutava para não se apagar: “os gaúchos que o animaram sentiram o cheiro de um churrasco, afinal subtraído de seus paladares”⁷, mas o qual não teria sido esquecido, segue o autor “aquele velho churrasco não saboreado pelos gaúchos do passado teima em voltar ao espeto”⁸. Esta posição do Território tem destaque especial porque para os emancipacionistas a chegada desta população tem como marco histórico o processo de criação do Território Federal do Iguacu, que se tornaria assim, nesta perspectiva, um elemento de identificação regional:

...seguiu-se a chegada dos novos habitantes, tão célebres quanto a atividade econômica, o desabrochar da consciência unitária, ideal que nem mesmo a incorporação da região pelos estados a que anteriormente pertencia foi capaz de extinguir⁹

O Território Federal na perspectiva do movimento se constitui como elemento de construção de uma “consciência unitária”, e elemento de desenvolvimento da região, percebe-se neste trecho assim como em outros escritos do movimento, que não há a negação da habitação da área, mas um julgamento de que a população que ali vivia não seria apta a modificar as condições da região, amplamente divulgada como atrasadas, construindo então a imagem do migrante como agente deste desenvolvimento, reforçando então o mito do pioneiro “heróico” e “civilizado” em oposição ao atraso e as mazelas do sertão. Este elemento exaltado se coloca como importante peça para a construção do novo estado, e de desenvolvimento da região o território Federal do Iguacu podendo transformar esta área em um lugar tão romantizado quanto sua população:

...com a criação do território chegaram os primeiros brasileiros que logo expulsaram os estrangeiros. Iniciada a colonização as terras começaram a produzir e em pouco tempo o lugar se tornou em um novo **ELDORADO**¹⁰

⁶ Idem

⁷ Jornal O Paraná. “Raízes do separatismo I”, Cascavel. P. 2 17 de Abril de 1993

⁸ Jornal O Paraná. “Raízes do Separatismo II”, Cascavel p.2 18 de Abril de 1993

⁹ Idem

¹⁰ Cartilha Estado do Iguacu existe...somos nós p.4 (Grifo do autor)

Na construção textual da propaganda em formato de cartilha intitulada “o estado do Iguazu existe... somos nós” que era distribuído em locais públicos, colégios, palestras, sindicatos, tem destaque a “história” do movimento, e nessa narrativa o Território é apresentado como um período de “redenção” para a região, que se constrói pelas mãos dos migrantes, considerados como visto acima “os primeiros brasileiros”, em uma colocação que silencia o período de ocupação da região anterior a 1943, uma afirmativa que faz parte também da construção da imagem do “abandono histórico” da região por parte do governo estadual, que embasa a proposta separatista, assim como o Iguazu é o marco para a ocupação e desenvolvimento, a demarcação das fronteiras se constitui para esta narrativa como ponto de início do abandono da região

A área que compreende o Estado do Iguazu, sempre foi uma região vista com pouco caso, desde o império, e da própria república, que as atenções sempre estiveram voltadas aos centros como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No estado do Paraná e Santa Catarina preferiram cuidar dos interesses das suas regiões metropolitanas e do norte deixando as regiões fronteiriças literalmente abandonadas ¹¹

Neste discurso se percebe a colocação da região como uma área que estaria na periferia dos interesses nacional e estadual, um discurso que trazia consigo a imagem do Paraná e de Santa Catarina como estados que estavam na periferia da margem das disputas e interesses a nível nacional e que não teriam interesse em ocupar as suas regiões de fronteira, focando seus investimentos em regiões que estariam na área de maior representativa política estadual afetando o desenvolvimento das regiões no oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, uma opção que nesta construção discursiva evidenciaria um descaso que seria, entre outras coisas, perigosa para a constituição territorial nacional. A imagem do abandono região é uma constante e esta diretamente aos interesses imobiliários das empresas colonizadoras e do próprio governo, como trabalha Myskiw:

...o discurso carregado de significados, expresso no termo “sertão”, fez com que, ideologicamente, a colonização se tornasse necessária, tanto para garantir a posse político-econômica da fronteira, como para escamotear uma realidade contrária aos “interesses nacionais” do estado novo e “eliminar” da história as populações indígenas, os posseiros e empresas

¹¹Cartilha Estado do Iguazu – existe...somos nós, p.02

paraguaias e argentinas que exploravam as terras localizadas na faixa de fronteira.¹²

Sob a imagem de civilizar o “sertão” iniciou-se a política de ocupar as terras e trazer para esta área mão-de-obra considerada apta, que segundo este raciocínio seria o colono gaúcho descendentes de alemães e italianos, sob a alegação de estarem acostumados as pequenas propriedades e ao trabalho agrícola no modelo que se pretendia aplicar na região. Idealizado o modelo, os migrantes deveriam se enquadrasse nesse perfil, fazendo o que estivesse ao seu alcance para despertar vínculos com esta imagem, para não ser associado aos habitantes que antes se encontravam nestas localidades, o chamado caboclo. Essa construção positivada do chamado colono em detrimento a população do estado esta presente no próprio discurso de políticos paranaenses como o deputado Antonio Anibelli que diz “os fluxos migratórios de gaúchos e paulistas são fundamentais, pois eles, além de serem portadores(...)de um cabedal e conhecimento e experiências no trato com a terra, com instrumentos e técnicas modernas”¹³. O que ocorreu foi que este discurso foi então re-apropriado e integrado as justificativas pró Iguazu aparecendo correntemente nos discursos proferidos pelo deputado Siliprandi

Para a terra quase inexplorada trouxeram esses colonos, sua longa experiência no trabalho rural, seus pequenos capitais, hábitos de manejo do Solo, linguagem, costumes, modo de produzir e comercializar riquezas, manifestações culturais e sociais, enfim, um universo distinto daqueles que vigorava entre a originaria população do Paraná e Santa Catarina¹⁴

A diferença se exprime segundo o deputado em um universo diferente a qual pertenciam os migrantes, uma serie de conhecimentos que fazia com que se diferenciasssem dos estabelecidos, uma relação de estranhamento muito presente na obra de Wachowicz onde este faz uma breve apresentação e discussão sobre as relações cotidianas presentes nas memórias dos moradores da região relatando as diferenças entre os de origem e os caboclos, os de origem com a que seriam os migrantes vindos do sul do país e os caboclos descritos da seguinte forma:

...o caboclo no Sudoeste não precisava ser necessariamente descendente de índio. Para o individuo ser classificado como

¹² MYSKIW op.cit p.142

¹³ IPARDES. O Paraná Reinventado: Política e Governo. Curitiba, 1989. P.31

¹⁴Justificação projeto 141/91 p.02

caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamentos sertanejos. (...) Porém o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura¹⁵.

Percebe-se que o caboclo, não esta relacionado a uma etnia, como o migrante, ou o morador os moradores de outras áreas, o este sertanejo se reconhece pelos hábitos, pela pele escura e o lugar de vivencia. O autor paranaense coletou uma serie de entrevistas na região durante a década de 1980 e nestas em alguns momentos se falam sobre as relações conturbadas entre os migrantes e os moradores locais, em geral quando se fala de relações de casamento onde os de origem proibiam suas filhas de casarem com caboclos, e os momentos de lazer como os bailes, onde haviam algumas separações entre baile de caboclo e baile de gente de origem. Nos relatos percebe em vários momentos a construção por parte dos depoentes migrantes de uma inferioridade dos designados caboclos, principalmente baseado no discurso do atraso tecnológico como no relato sobre um despertador

...é o relógio, né. Então a mulher noutro dia levantou-se com a família e disse: “mais que barbaridade, qual é a criança que mija na cama, pois a noite inteira nós ouvimos o barulho”.
-Ai eu trouxe, né, ih ! aquilo foi uma admiração (...)¹⁶

Esta representação do atraso é comum nestes relatos assim como a violência que seria uma característica da região que teria assustado muitos colonos rio grandeses “Uma colona de Renascença afirma que o que ela mais viu e se recorda quando chegou na região era cruz e sepultura na beira do caminho”¹⁷. Estes relatos vão construindo questões que se transforma em “lugar comum” na região, uma narrativa que contrapõem a barbárie e a civilização, com a vinda dos “de origem”, como se designam alguns migrantes, a violência e o atraso tivessem sendo transformados e a área se tornado em um novo Eldorado do qual se utiliza o movimento pró Iguaçu em seu discurso.

Na construção narrativa utilizada pelo movimento a dissolução do Território Federal teria ocasionado como uma espécie de consequência os conflitos agrários gerados no processo de ocupação, causados principalmente pela grilagem envolvendo algumas empresas colonizadoras, em especial as empresas que começam a trabalhar na

¹⁵ WACHOWICZ p.104

¹⁶ Entrevista realizada pó Ruy Wachowicz com Mario Pacci Silva e Ivo Luiz Zanini em 4 de fev. 1984 em renascença apud Wachowicz op . cit. 106

¹⁷ WACHOWICZ p.108

região Sudoeste do Paraná na década de 1950 como a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, a Colonizadora Apucarana e a Comercial e agrícola Paraná Ltda.

...Interesses estranhos ao desenvolvimento da região, através da depredação criminosa da cobertura florestal de maior valor comercial do mundo, representada pela araucária, e a má gerência da colonização com exploração imobiliárias fraudulentas e sem proibidade, ligados a interesses de facções políticas se revezavam nos governos estaduais, colocaram até em perigo a integridade do território nacional e mostraram claramente os desmandos administrativos.¹⁸

Nesse trecho do livro de Ivo Beuter é possível perceber, a associação das colonizadoras a interesses políticos, os quais são responsabilizando pela degradação do meio ambiente e a exploração das riquezas naturais, estas ações em maioria das falas do movimento é atribuída a pessoa de Moises Lupion, um dos donos da CITLA e duas vezes governador do estado (1946-1951 e 1956-1961), esse processo de comparação entre o Iguaçu idílico e o Paraná como descuido e exploração alcança seu auge quando vai se narrar o levante dos posseiros de 1957 como pode ser lido na justificção do projeto de 141/91 de autoria de Edi Silipradi:

Tamanho foi o abuso, cujos exemplos se estendem desde a sangria fiscal até a titulação irregular de glebas, que ocasionou a revolta de 1957, onde cerca de 20.000 colonos do sudoeste paranaense, armados, expulsaram as companhias colonizadoras e seus jagunços, renderam juizes de direito, delegados de policia e outras autoridades, formando uma junta governativa para restabelecer ordem que vinha sendo maculada pelo poder institucionalizado¹⁹

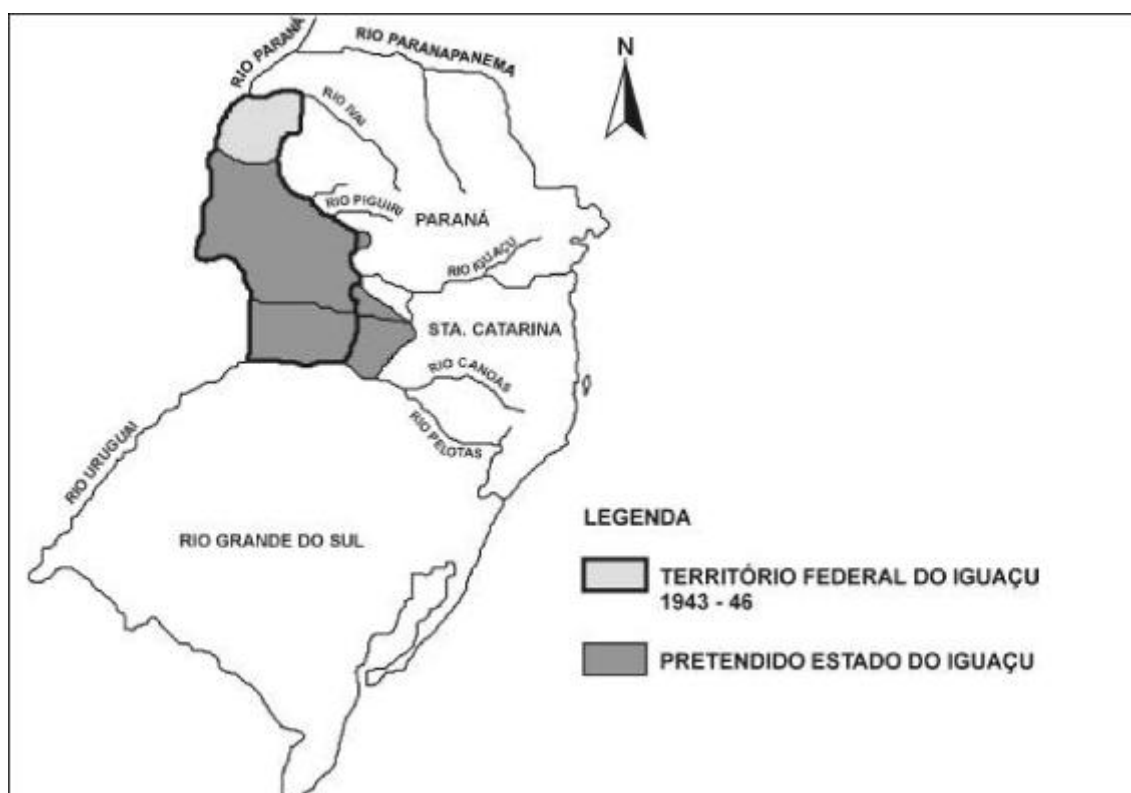
Ao analisarmos podemos ver que o movimento apresenta a revolta como uma demonstração máxima de descontentamento da população local, organização e mesmo uma autonomia perante a capital paranaense, com a prisão da representação do poder publico na região, autoridades como policiais e juizes exigindo atuação por parte do governo federal para resolução do embate. Por tais significções dessa revolta, o movimento faz um esforço em demonstrar uma aproximação com este “legado” da junta governativa de 1957, segundo Beuter “após este episódio iniciou-se uma campanha popular para a criação de um novo Estado, na região de abrangência do antigo Território

¹⁸BEUTER. Op. Cit. p.25

¹⁹ Projeto de decreto Legislativo 141/91 p.02

Federal do Iguaçu”²⁰, e para tal autor como uma resultante destas constantes insatisfações com os governos estadual em 1962 esta mobilização resultariam na criação de um grupo nomeado Comissão para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu (CODEI), que tinha como função estruturar um projeto para movimento, segundo Oliveira este grupo liderado pelo advogado Edi Siliprandi tinha como um dos primeiros objetivos “a delimitação da área, além de estudos e análises sobre a realidade da região e a divulgação da idéia junto aos diversos municípios”²¹. Quanto ao território do pretense estado se utilizou como base as arestas do antigo Território Federal, com o acréscimo de parte do norte do Paraná e do meio oeste de Santa Catarina, como pode ser visto no mapa a seguir

Mapa sobre a demarcação de limites do Território do Iguaçu e do pretendido Estado do Iguaçu



Fonte : Wachowicz op.cit p.163.

Em uma rápida análise percebe-se que o movimento, abriu mão do vale existente entre o rio Piquiri e o rio Ivaí anteriormente pertencente ao Iguaçu, segundo Licerio esta escolha se deu sob a alegação de que ali se teria uma área de colonização de população

²⁰ BEUTER op.cit p.27

²¹ OLIVEIRA, Licerio op.cit p.48

nortista diferente do restante do Iguazu colonizado por sulistas então “a comissão levou em conta a questão da homogeneidade – considerando um “fator sociológico relevante”, - como etnia, a origem e a cultura da população que numa área de 69.000 Km², identifica-se “de ponta a ponta”²², uma alegação que demonstra a mobilidade destas fronteiras e reconhecimentos, pois constrói uma contradição entre a imagem constituída de que o Território teria construído uma identificação que perduraria até a década de 1960, e também coloca na invisibilidade as migrações do norte do estado para oeste e sudoeste em prol de um discurso afirmativo de um biótipo Iguazuano.

Este processo esta diretamente ligado as modificações no cenário político quando passava a ocorrer mais claramente o aumento de participação do interior no governo estadual, representados por grupos políticos do Norte do estado que passa a ascender a cargos de maior representatividade, concorrendo com o a elite curitibana, grupo tradicionalmente no poder, juntamente como o norte na década de 1980 ganha espaço no cenário político então o Oeste e Sudoeste, atreves de um processo de disputa por representatividade a nível estadual, uma disputa descrita por Ruy Wachowski em reportagem publicada pela revista Panorama:

Os intelectuais do Paraná tradicional nunca se preocuparam a fundo com o Norte do Paraná ou mesmo com o Sudoeste e Oeste. As elites que governavam o Paraná, sobretudo no início do século, não viam com bons olhos a presença dessas populações adventícias. Perceberam que não dispunham mais da liderança absoluta que exerciam no Estado²³

A discussão pela qual passa o autor tem início na década de 1960, quando se amplia a participação e o poder político do Norte do Estado, uma disputa que na década de 1980, na visão do autor, passava então a contar com um terceiro elemento, que seria representado pela região Oeste e Sudoeste, dentro deste processo, uma das formas de manifestação desse aumento pela reivindicação da ultima região citada é a tentativa de criação de um novo estado. Tomando por base argumentativa o repasse de verbas, a falta de infra-estrutura como rodovias, escolas, universidades e hospitais. Este panorama de disputa entre grupos políticos da capital e da região, acenava então para uma nova negociação quanto ao discurso sobre Estado como um todo, mas que vai despertar um debate que retoma a questão sobre a história oficial do Paraná.

²² Idem p.49

²³ Os Três Paranás. Panorama, fevereiro de 1987 – p.22